

Ministério estuda os aumentos escolares

Educação 24 MAR 1988

GAZETA MERCANTIL

"O direito de questionar os aumentos das mensalidades não deve ficar restrito às associações de pais e mestres e aos diretórios ou centros acadêmicos. Todos os pais ou alunos que questionarem o nível dos aumentos pretendidos pelas escolas devem ter o direito de fazer sua reclamação." Esta foi uma das propostas que o presidente do Grupo-Associação das Escolas Particulares de São Paulo, Luiz Roberto da Silveira Castro, apresentou ontem na reunião que representantes do Ministério da Educação tiveram com os danos de estabelecimentos de ensinos e entidades ligadas à área. A posição do Grupo é de que os reajustes das mensalidades deverão

ser baseados na variação da URP, e não da OTN.

Segundo o secretário-geral adjunto do Ministério da Educação, Hélio Mattos, que também participou da reunião, o Ministério está acompanhando o problema das mensalidades escolares e recebendo, de todas as partes interessadas, sugestões para aplicar uma nova política de preços nessa área. O ministro Hugo Napoleão já afirmou diversas vezes que, caso sejam constatados abusos, depois de ouvidas as partes interessadas, poderá pedir ao presidente José Sarney a revogação do decreto que instituiu o sistema de "liberdade vigiada" para as mensalidades escolares, noticiou a EBN.

Já o presidente da Federação Nacional de Estabelecimento de Ensino, Roberto Dornas, entidade que congrega 35 mil escolas, disse que será impossível levar ao Ministério da Educação um relatório completo de cada uma delas. "O que vamos entregar ao secretário-geral é uma amostragem por estado dos preços que vêm sendo praticados", afirmou.

De acordo com Mattos, o Decreto 95.720, que instituiu a liberdade vigiada, prevê sanções para as escolas que não obedecerem suas determinações, sendo que os conselhos estaduais de educação podem determinar a fixação das mensalidades.